

XIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

O COMPROMISSO DA GEOGRAFIA PARA TERRITÓRIOS EM MUDANÇA

Coimbra, 18 a 20 de novembro de 2021

LIVRO DE ATAS



Editores

Pedro Chamusca
Adélia Nunes
António Bento-Gonçalves



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

 Associação
Portuguesa
de Geógrafos

XIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

O COMPROMISSO DA GEOGRAFIA PARA TERRITÓRIOS EM MUDANÇA

Coimbra, 18 a 20 de novembro de 2021

LIVRO DE ATAS

Maio de 2022



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território



Título

O compromisso da Geografia para territórios em mudança – Livro de Atas do XIII Congresso da Geografia Portuguesa

Editores

Pedro Chamusca; Adélia Nunes; António Bento-Gonçalves

Instituições organizadoras

Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Associação Portuguesa de Geógrafos

Edição

Associação Portuguesa de Geógrafos/ Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, maio de 2022.

ISBN

978-972-95222-7-7

Foto de capa

Norberto Santos

Eixos temáticos

Coesão territorial, desafios sociais e agendas de transformação
Ordenamento do território e sustentabilidade
SIG, modelação espacial e inteligência territorial
Geomorfologia, recursos naturais e paisagem
Riscos, sociedade e ambiente
Clima, alterações ambientais e desenvolvimento
População, migrações e desenvolvimento
Território, saúde e desafios em tempos de pandemia e pós-pandemia
Cidades, habitação e inclusão social
Turismo, cultura e território
Novas mobilidades para territórios em mudança
Pensamento geográfico e ensino da Geografia

Comissão científica

Adélia Nunes (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Albano Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Alberto Gomes (Dep. de Geografia – FLUP)
Alina Esteves (IGOT – Universidade de Lisboa)
Ana Monteiro (Dep. de Geografia – FLUP)
António Bento Gonçalves (APG; Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
António Vieira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Carlos Ferreira (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Eduarda Marques da Costa (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Eduardo Brito-Henriques (IGOT – Universidade de Lisboa)
Eusébio Reis (IGOT – Universidade de Lisboa)
Fátima de Castro (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Fátima Matos (Dep. de Geografia – FLUP)
Helena Madureira (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
João Figueira de Sousa (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
João Luís Fernandes (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Jorge Malheiros (IGOT – Universidade de Lisboa)
José Alberto Rio Fernandes (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
José Gomes dos Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
José Luís Zêzere (IGOT – Universidade de Lisboa)
Luca Dimuccio (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luciano Lourenço (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Lúcio Cunha (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Maria José Caldeira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Maria José Roxo (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Mário Vale (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Margarida Pereira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Norberto Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Nuno Marques da Costa (IGOT – Universidade de Lisboa)
Paula Remoaldo (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Paula Santana (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Carvalho (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Nossa (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Pedro Chamusca (APG, CECS – Universidade do Minho)
Rui Gama (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Pedro Julião (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Sérgio Cláudio (IGOT – Universidade de Lisboa)
Teresa Pinto Correia (APG, Dep. de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora)

Revisores

Adélia Nunes (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Albano Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Alberto Gomes (Dep. de Geografia – FLUP)
Alina Esteves (IGOT – Universidade de Lisboa)
Anabela Bota (APG)
Ana Monteiro (Dep. de Geografia – FLUP)
António Bento Gonçalves (APG; Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
António Campar de Almeida (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
António Lopes (IGOT – Universidade de Lisboa)
António Vieira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Aquilos Marreiros (APG, CCDR-ALG)
Bruno Martins (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Carlos Ferreira (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Eduarda Marques da Costa (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Eduardo Brito-Henriques (IGOT – Universidade de Lisboa)
Eusébio Reis (IGOT – Universidade de Lisboa)
Fátima de Castro (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Fátima Matos (Dep. de Geografia – FLUP)
Gonçalo Poeta Fernandes (Instituto Politécnico da Guarda)
Helena Madureira (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
João Figueira de Sousa (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
João Luís Fernandes (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Jorge Malheiros (IGOT – Universidade de Lisboa)
José António Tenedório (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
José Gomes dos Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luca Dimuccio (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luciano Lourenço (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Lúcio Cunha (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Maria José Caldeira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Mário Vale (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Margarida Pereira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Norberto Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Nuno Marques da Costa (IGOT – Universidade de Lisboa)
Paula Remoaldo (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Paula Santana (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Carvalho (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Nossa (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Pedro Chamusca (APG, CECS – Universidade do Minho)
Ricardo Garcia (IGOT – Universidade de Lisboa)
Rossana Estanqueiro (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Rui Ferreira de Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Gama (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Pedro Julião (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Sandra Oliveira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Sérgio Cláudio (IGOT – Universidade de Lisboa)

Índice

EDITORIAL.....	9
COESÃO TERRITORIAL, DESAFIOS SOCIETAIS E AGENDAS DE TRANSFORMAÇÃO	10
(Des)coesão territorial na Europa - uma avaliação através dos serviços de interesse geral	12
Indutores e impactos das inovações verdes em Portugal.....	18
A necessidade de uma ciência holística, integrativa e aplicada como a Geografia para a sustentabilidade integral do Alto Tormes (Serra de Gredos, Ávila, Espanha)	24
Direito à informação em políticas públicas do território	29
Praia de Mira: as dinâmicas territoriais de um lugar singular.....	35
Análise de variedade relacionada da economia portuguesa	41
Concretizar a Economia Circular na Região do Algarve: práticas e desafios nos setores do turismo, mar e agroalimentar.....	48
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE	54
O desmonte da Reforma Agrária e das políticas públicas nos recentes Governos no Brasil: breves considerações.....	56
Repensar o Espaço Rural do Futuro: uma reflexão prospetiva	62
Estratégias de desenvolvimento local para criar dinâmicas e oportunidades em territórios de baixa densidade no Algarve.....	68
A diversidade de relações cidade-campo: o caso das Termas de Longroiva (NE Portugal)	73
Promoção de dinâmicas intermunicipais em territórios de baixa densidade: o estudo de caso do projeto ASSIM, no Médio Tejo	79
Serviços ecossistémicos na tomada de decisão: a reconversão da Pedreira da Madalena (Vila Nova de Gaia) como prova de conceito	86
Digitalização e desenvolvimento nos territórios rurais da Europa: Análise das políticas comunitárias	92
SIG, MODELAÇÃO ESPACIAL E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL	97
Mitigar a incerteza nos dados geoespaciais através da sua integração com dados estatísticos....	100
Geolocalização de telemóveis para identificação de origens e destinos frequentes	106
Detecção automática de alterações de coberto vegetal em áreas de interface urbano-rural.....	111
Os SIG na Análise e Planeamento da Rede Ciclável – Potencial Ciclável do Município de Lisboa ..	117
Análise espaço-temporal de condições adequadas ao estabelecimento do vetor de doenças <i>Aedes albopictus</i> na cidade de Barcelona com recurso a deteção remota	122
A Geografia ao serviço dos Censos 2021 - Caso de Odivelas	127
Qualidade de vida e ambiente pedonal em Campolide (Lisboa)	132
Análise da dinâmica de crescimento urbano em Portimão entre 1947 e 2018 com recurso a modelos SIG 2D/2.5D: estudo-piloto numa área costeira	139
Principais redes de captação de jovens jogadores. Análise ao futebol de formação em Portugal	145
Avaliação da concordância de modelos de adequabilidade ambiental para a presença do mosquito-tigre (<i>Aedes albopictus</i>) na Europa	151

Big Data para el estudio del espacio geográfico. El caso de los arrozales, Cuenca de la Laguna Merín – Uruguay	156
Avaliação das Condições de Capacidade de Resposta a Incêndios Rurais na Freguesia de Alvares (Góis)	162
Mobilidade e propagação do sars-cov-2 em Portugal continental – modelo explicativo territorializado em contexto anterior à vacinação.....	168
Modelo preditivo de fugas no sistema de distribuição municipal de água de Vila Nova de Gaia ..	174
Monitorização das redes de faixas e mosaicos de gestão de combustível com recurso a deteção remota e índices de vegetação	179
Extração automática de áreas de recauchutagem suportada em algoritmos de Deteção Remota	185
A importância do ambiente urbano para o bem-estar: Análise em Lisboa utilizando redes sociais	191
Modelação do padrão espaciotemporal do covid-19 em Portugal continental: uma ferramenta de apoio à decisão.....	195
GEOMORFOLOGIA, RECURSOS NATURAIS E PAISAGEM	199
Medición del retroceso de la línea de costa en la playa de Gerra (Cantabria-España) para el periodo 2001-2020	201
Comportamiento dinámico de los conos de derrubios en el Parque Nacional de Picos de Europa (España).....	207
Avaliação do potencial endocársico do sector setentrional do planalto de Santo António (Maciço Calcário Estremenho, Portugal Central).....	213
Preservação e valorização do património geomineiro: o trilho das minas, em Vila Nova de Famalicão	220
Moreias da Serra do Soajo: Distribuição e Extensão das Glaciações Plistocénicas	226
RISCOS, SOCIEDADE E AMBIENTE	232
O Planeamento por Cenários.....	234
Avaliações multirrisco como abordagem para a construção de cidades resilientes e sustentáveis	240
Os Riscos da Gestão da Água de Lastro no Porto de Maputo (Moçambique).....	246
O Risco de Incêndio Rural na Serra de Monchique: O tempo de resposta dos meios às áreas de maior risco.....	253
Fatores biofísicos da variabilidade espaço-temporal dos incêndios rurais na região Centro de Portugal	258
Diferenciação e caracterização de regimes de fogo no Portugal Central	265
Inundações e galgamentos costeiros: uma base de dados de ocorrências e seus impactos para a costa continental portuguesa entre 1980 e 2018.....	271
Overwash and ocean flooding in Portugal: case study of Fonte da Telha, Costa da Caparica.....	277
CLIMA, ALTERAÇÕES AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO.....	284
Saldos de Carbono por Mudança de Uso e Ocupação do Solo em Ecossistemas Mediterrâneos - Ensaio metodológico na Serra de Serpa e Mértola (2007-2018)	286
Evolução do ambiente térmico nos municípios de Braga e de Guimarães (1984-2016): a influência do processo de urbanização.....	290

Análise Das Condições Microclimáticas Em Vias Ciclovias De Três Lagoas/Brasil Em Episódio De Outono	296
POPULAÇÃO, MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.....	302
Metropolização do litoral ou litoralização da ocupação em Portugal? Uma questão a ser debatida	304
Geografia do futebol de formação em Portugal. Origem e destino dos jovens atletas.....	309
Esperança de vida dos lugares: faixa raiana.....	315
Casamento MisTOS e Migração: evidências e negociação familiar no quadro de um espaço transnacional no Atlântico	320
O papel das infraestruturas urbanas na atração de migrantes qualificados para os polos regionais Itajaí-Balneário Camboriú e Petrolona-Juazeiro, Brasil.....	326
TERRITÓRIO, SAÚDE E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA	333
A Relação entre Isolamento Social e o Avanço da Covid-19 na Macrorregião de Saúde de Três Lagoas no Mato Grosso Do Sul, Brasil	336
Exposição a PM _{2,5} e admissões hospitalares urgência devido às doenças de Alzheimer e Parkinson	342
Hortas comunitárias urbanas: uma estratégia para enfrentamento da fome na pandemia.....	347
Cidades conectadas em redes: novas habilidades para o planejamento urbano saudável.....	352
Dashboard COMPRIME-COMPRIM_MOV: monitorização espaço-temporal da COVID-19 em Portugal	357
Espaços verdes urbanos de proximidade e cidade saudável: uma leitura a partir de Benfica – Lisboa	363
Acessibilidade dos idosos aos cuidados primários de saúde em contexto de urbanização dispersa: quando o território importa?	370
Rede de apoio social aos idosos – Uma geografia diferenciada em quatro cidades portuguesas .	376
CIDADES, HABITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	382
ÁREAS VERDES PARA QUEM? Gentrificação verde no Brasil e na Alemanha	384
Regulamentar os apartamentos turísticos. A resposta de Lisboa.....	389
Conflitos de uso do solo com áreas de proteção permanente: o caso do município de Barra de São Francisco/ES	394
TURISMO, CULTURA E TERRITÓRIO	401
Turismo, fronteiras, cooperação e resiliência. Dinâmicas e recursos ecoculturais na fronteira do centro de Portugal com Espanha	404
O Programa <i>REVIVE</i> , entre a visão retrospectiva e o estudo de caso	410
Enoturismo enquanto vetor de Desenvolvimento Local: o caso de Palmela.....	416
<i>Smart Tourism</i> como oportunidade para a renovação e diversificação da região-destino Algarve.....	422
A importância da motivação dos colaboradores em hotelaria. O caso do Hotel D. Luís	428
Os Percursos Interpretativos do Estrela Geopark Mundial da UNESCO: uma estratégia de promoção do geoturismo	434
O turismo literário como estratégia de valorização dos territórios rurais: as Terras do Demo	439
Participação e capacitação cidadã em eventos culturais: a experiência do Auto da Floripes.....	445

O olhar dos viajantes estrangeiros, depois do terramoto de 1755. Uma geografia literária sobre a história física e moral da cidade de Lisboa.....	451
NOVAS MOBILIDADES PARA TERRITÓRIOS EM MUDANÇA.....	457
Impacto da pandemia da COVID-19 na mobilidade urbana: o caso das bicicletas e do bike-sharing	459
A privatização do setor ferroviário no Reino Unido – um modelo a replicar noutros países?	463
O (auto)caravanismo e a EN2: mobilidades recreativas em territórios de baixa densidade	468
A utilização de modos suaves no Triângulo Urbano Concelhio Loulé-Quarteira-Almancil – Desafios e oportunidades para uma política de mobilidade sustentável.....	475
Impactos do teletrabalho na mobilidade: padrões e perspetivas na Área Metropolitana de Lisboa-Norte	481
PENSAMENTO GEOGRÁFICO E ENSINO DA GEOGRAFIA.....	486
Conhecer a paisagem através da banda desenhada	488
O debate eleitoral como ensino de geografia política na educação básica.....	494
Mobilidade e mutação de políticas urbanas: compromissos ontológicos e epistemológicos de uma abordagem geográfica recente	498
Os SIG nos programas escolares de Geografia como elemento do desenvolvimento do pensamento espacial – uma comparação internacional.....	503
O papel do Estudo de Caso na Educação Geográfica. O que nos dizem os professores de Geografia?	508
Projeto Nós Propomos! Educação geográfica para a cidadania territorial e cultural escolar	514

EDITORIAL

O XIII Congresso da Geografia Portuguesa realizou-se em tempos de incerteza e mudança, acentuando o que a resposta científica tem de provisório, a par da necessidade de avaliação das soluções propostas pelas estruturas político-administrativas e pelos instrumentos de planeamento, na gestão de velhos e novos problemas de incidência territorial.

A Geografia encontra-se, neste contexto, confrontada com responsabilidade crescente atendendo às expectativas que a sociedade tem em relação à ciência e aos instrumentos de gestão e ordenamento territorial, perante desafios cada vez mais complexos. Exige-se, de forma mais fundamentada, que a ciência assuma um papel inequívoco na produção de conhecimento e que informe e aponte caminhos para a resolução desses mesmos desafios, ancorada na perspetiva de que o território é uma condição de coerência do modelo de desenvolvimento com a sociedade que o sustenta.

O tema do XIII Congresso da Geografia Portuguesa pretende justamente reforçar o compromisso que a Geografia, enquanto Ciência, estabelece entre o Espaço, a Natureza e a Sociedade, na busca de soluções para os problemas e desafios dos tempos que vivemos e que obrigam à construção de alternativas sociais e económicas mais justas e ambientalmente sustentáveis.

Entre 18 e 20 de novembro de 2021 foram apresentados e debatidos, em Coimbra, mais de 200 resumos, abrangendo temas diversos e relevantes no contexto da Geografia. Esses resumos, comunicações e debates deram lugar à submissão de 95 textos, 84 dos quais receberam parecer favorável da comissão científica e revisores à sua publicação. Os textos estão organizados em doze eixos temáticos – Coesão territorial, desafios societais e agendas de transformação; Ordenamento do território e sustentabilidade; SIG, modelação espacial e inteligência territorial; Geomorfologia, recursos naturais e paisagem; Riscos, sociedade e ambiente; Clima, alterações ambientais e desenvolvimento; População, migrações e desenvolvimento; Território, saúde e desafios em tempos de pandemia e pós-pandemia; Cidades, habitação e inclusão social; Turismo, cultura e território; Novas mobilidades para territórios em mudança; Pensamento geográfico e ensino da geografia – e conjugam reflexões teóricas, estudos de caso, ensaios metodológicos e análises comparadas. Esperamos que goste, que a leitura o cativete e que sejam mote, inspiração ou suporte ao desenvolvimento de novas investigações, individuais ou coletivas, contribuindo para a afirmação da Geografia enquanto ciência e disciplina relevante para o conhecimento e socialmente útil.

Os Editores

Pedro Chamusca

Adélia Nunes

António Bento-Gonçalves

COESÃO TERRITORIAL, DESAFIOS SOCIETAIS E AGENDAS DE TRANSFORMAÇÃO

COORDENAÇÃO:

Rui Gama

Aquiles Marreiros

Mário Vale

A coesão, no contexto da União Europeia, dever ser entendida no quadro da diversidade económica, social e territorial. Incluída no Tratado de Lisboa (2010), assumiu-se como um novo paradigma de desenvolvimento do território europeu. Visa a promoção do desenvolvimento harmonioso dos territórios, valorizando a sua diversidade e complementaridade, num duplo sentido: coesão económica e social e dimensão territorial.

No quadro Europeu, a política de desenvolvimento regional e urbano, ou seja, a política de coesão, tem que ser entendida no contexto das mudanças observadas nas regiões, exigindo o envolvimento de diferentes disciplinas académicas e formas de pensar, conceber e analisar as dinâmicas de crescimento e os processos de desenvolvimento registados.

Dada a diversidade dos territórios, este eixo temático reúne contribuições centradas no estudo das trajetórias e dos processos que explicam a capacidade desigual de resposta aos novos desafios sociais e para a definição de caminhos que permitam uma adaptação a mudanças cada vez mais rápidas e constantes.

Além das questões de governança, atores, instrumentos e escalas das políticas de coesão e desenvolvimento regional, estimula-se a apresentação de resumos de comunicações que foquem os cinco objetivos da política de coesão e desenvolvimento regional europeia para o período 2021-27: Europa mais inteligente (inovação, digitalização e transformação económica); Europa mais verde e livre de carbono (transição energética, energias renováveis e luta contra as mudanças climáticas); Europa mais conectada (transporte e redes digitais); Europa mais social (emprego de qualidade, educação, qualificações, inclusão social e a igualdade de acesso aos serviços de interesse geral); Europa mais próxima dos cidadãos (estratégias de desenvolvimento lideradas localmente e desenvolvimento urbano sustentável), só por si, potenciadores do surgimento de novas abordagens territoriais e novas geografias de atuação.

Neste âmbito, ganham relevância as abordagens experimentadas pelas Estratégias de Especialização Inteligente, que encontram nos territórios e nos seus ativos, espaços privilegiados para a descoberta empreendedora.

(DES)COESÃO TERRITORIAL NA EUROPA - UMA AVALIAÇÃO ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

Franco, Pedro ^{1*}; Marques da Costa, Eduarda ²

1 CEG – Centro de Estudos Geográficos e Laboratório Associado TERRA, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa; pedrofranco@edu.ulisboa.pt

2 CEG – Centro de Estudos Geográficos e Laboratório Associado TERRA, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa; eduarda.costa@edu.ulisboa.pt

*Autor correspondente: pedrofranco@edu.ulisboa.pt; Tel.: +351-21-044-30-00

Resumo: Os serviços de interesse geral (SIG) são cruciais para a coesão e convergência, sendo importantes nas dinâmicas sociais e económicas dos territórios. No entanto, a sua provisão difere entre regiões, originando desigualdades regionais. Neste estudo abordamos o período 2006-2016 – num contexto de pré-crise, crise e pós-crise –, identificando as condições que comprometem a provisão de SIG. Foi realizada uma análise de componentes principais, utilizando indicadores (Eurostat) que reportam a dimensões influenciadoras da provisão de SIG. Foram obtidos os fatores influenciadores da oferta de SIG. Os resultados evidenciaram comportamentos regionais bastante diferenciados. Os piores resultados surgem nas regiões periféricas/rurais, demonstrando as fragilidades destas e pondo em causa a coesão territorial.

Palavras-chave: Coesão territorial; Disparidades regionais, Serviços de interesse geral; Provisão de serviços

Abstract: Services of general interest (SGI) are crucial for cohesion and convergence and are important in the social and economic dynamics of territories. However, its provision differs across regions, giving rise to regional inequalities. In this study, we approach the 2006-2016 period – with a pre-crisis, crisis, and post-crisis context – identifying the conditions that compromise the provision of SGI. A principal component analysis was carried out, using indicators (Eurostat) that report on influencing dimensions of SGI provision. The influencing factors for the SGI offer were obtained. The results showed quite different regional behaviours. The worst results appear in peripheral/rural regions, demonstrating their weaknesses and questioning territorial cohesion.

Keywords: Territorial cohesion; Regional disparities; Services of general interest; Service provision

1. Introdução

Os Serviços de Interesse Geral (SIG) são uma parte importante da vida quotidiana, promovem a competitividade económica e são fundamentais para a coesão social e territorial, constituindo-se, ainda, como um vetor para o desenvolvimento sustentável (Bjørnsen et al., 2015; CEC, 2004). Estes são um fator importante para atingir os objetivos de competitividade e coesão da UE, constituindo um elemento básico na noção e identidade do modelo europeu de sociedade (CEC, 2003). Ademais, a insuficiência na oferta de SIG é uma importante forma de desigualdade territorial, agravando as disparidades regionais e a (des)coesão (Malý, 2018; Sá Marques et al., 2020).

Os SIG estão associados às noções de obrigação pública e acesso universal, e uma vez que não existem diretivas ou diretrizes da UE para o seu fornecimento, o ónus da definição das políticas e estratégias de prestação recai sobre os Estados-Membros. Assim, cada estrutura organizacional de provisão é resultado da interação dos valores sociais, ideologias e políticas de cada Estado, conduzindo

à existência de uma ampla gama de definições e práticas por toda a Europa (Humer, 2014; Kolarič et al., 2019; Littke & Rauhut, 2013; Polacek et al., 2011; Rauhut et al., 2013).

Em termos de estratégias e estruturas de provisão de SIG, podem ser descritas como o resultado da concatenação da política social com o planeamento territorial (Humer, 2014). Sendo o contexto regional de SIG delineado pelos sistemas demográficos e territoriais e a prestação destes é explicada pelas dimensões: política, social e económica, sendo todas divergentes no tempo e espaço; originando condições específicas diferentes entre as várias estruturas de oferta (Bjørnsen et al., 2015).

A estrutura de ocupação do território constitui um fator para a oferta, uma tipologia concentrada conduz a um melhor acesso aos serviços, portanto, existe uma dicotomia entre áreas urbanas e as mais periféricas ou rurais, na qual as últimas apresenta piores níveis de SIG (Binder & Matern, 2020; Constantin et al., 2019; OECD, 2016; Vitale Brovarone & Cotella, 2020; Wiśniewski et al., 2021). Também a demografia desempenha um papel importante na oferta de SIG, já que diferentes estruturas populacionais mostram diferentes necessidades de SIG (Gruber et al., 2015). Estes serviços revelam melhores níveis de provisão em áreas com mais população ou em crescendo, contrastando com as em declínio (Wiśniewski et al., 2021). Os SIG são ainda afetados por contextos socioeconómicos, as características socioeconómicas regionais são um fator de grande impacto na oferta de SIG, podendo a existência de provisão ser considerada como uma consequência destas (Humer & Palma, 2013).

Ademais, as administrações locais desempenham um papel fundamental no combate aos problemas relacionados com os SIG. Contudo, a dependência das políticas e estratégias nacionais, por vezes, dificulta uma resposta à medida dos problemas (Kolarič et al., 2019; Sá Marques et al., 2020).

Este trabalho desenvolve-se no quadro da oferta de SIG e das disparidades regionais no território europeu, com o objetivo de apontar os principais fatores para a oferta de SIG e hierarquizar-los de acordo com a sua preponderância.

2. Métodos

Para a realização deste estudo foram utilizados indicadores estatísticos à escala das NUTS 2, tendo sido utilizadas as seguintes bases de dados online: Eurostat, Espon Database Portal e CE. Os indicadores refletem as dimensões que interferem na oferta de SIG, reportando ao campo da demografia, economia, política, sociedade e ambiente (Marques da Costa et al., 2013; Rauhut et al., 2013), sendo os seguintes: PIB regional em PPC por habitante; população em risco de pobreza e exclusão social; percentagem da população entre os 25 e 64 anos com o Ensino Superior; índice de dependência total; densidade populacional; percentagem de população a viver em cidades com mais de 500.000 habitantes; médicos por 100.000 habitantes; enfermeiros por 100.000 habitantes; taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos; camas de cuidados continuados em unidades de enfermaria ou residenciais por 100.000 habitantes; percentagem da população com 17 anos inscrita em algum nível de ensino; índice de autonomia local; índice de eficiência de rede.

Com estes indicadores foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP), tendo-se optado pela rotação Varimax, pois maximiza a soma das variâncias e traz valores extremos para os loadings, ou seja, facilita a existência de matrizes de estrutura simples. Assim, o lote original de indicadores foi reduzido a um conjunto de variáveis (as componentes ou fatores) não correlacionadas e que maximizam a variância do conjunto de dados original. A extração das componentes foi feita com base no seu eigenvalue, todos os fatores com valor superior a 1 foram extraídos. De seguida, estes fatores e os seus valores regionais foram mapeados e analisados.

3. Resultados e discussão

Foram obtidas quatro componentes com a ACP. As duas primeiras, apesar de não mostrarem exatamente a mesma capacidade explicativa da variância, de uma forma geral, mantêm a constituição de ano para ano. Já as duas últimas alteram-se de 2006 para 2012 e mantêm-se de 2012 para 2016. A Tabela 1 mostra os scores obtidos para o último ano de análise.

A primeira componente, Condições Socioeconómicas, que em 2016 explica 26.5% da variância total

da amostra, está relacionada com os indicadores relativos à saúde e características da população. A existência de serviços é tida como uma base para uma melhor oferta de SIG, além disso, uma população com melhores condições financeiras, mais jovem e mais instruída está desde logo ligada a uma maior procura efetiva e capacidade de obtenção.

A segunda componente, Urbanização, que em 2016 explica 18% da variância total da amostra, relaciona-se com a tipologia de ocupação do território, estando relacionada com uma população com um estatuto socioeconómico mais elevado. Sabendo-se que uma ocupação mais compacta e uma economia mais forte estão conectadas a uma maior oferta de SIG.

A terceira componente, em 2006, é dominada pela capacidade das administrações locais em responder às necessidades das populações, potenciando a oferta de SIG. Já em 2012 e 2016, está ligada a uma forte oferta de serviços sociais, serviços mais próximos do Estado Social, explicando 10.2% da variância total da amostra em 2016.

A quarta componente, em 2006, é composta pela oferta de serviços sociais e a existência de acessibilidades e potencialização das mesmas, enquanto em 2012 e 2016, é a conjugação da capacidade das administrações locais e das acessibilidades, explicando 9.8% da variância total da amostra em 2016. No fundo, as componentes modificam-se ligeiramente e invertem a sua posição hierárquica de 2006 para 2012/2016.

Desta análise podemos compreender, e reiterar, a preponderância que é dada à dimensão socioeconómica e à dimensão territorial. É perceptível que estes fatores são fundamentais no que à provisão de SIG diz respeito. Na realidade, cada um destes, sozinho, tem uma preponderância semelhante, ou até superior, àquela denotada pela junção dos demais fatores.

Tabela 1. Componentes com eigenvalue>1 e scores obtidos, 2016.

	Condições Socioeconómicas	Urbanização	Serviços Sociais	Administração Local
PIB regional per capita em PPC em euros	0.408	0.684	0.187	-0.068
População em risco de pobreza ou exclusão social em percentagem	-0.748	-0.038	-0.154	0.216
Indivíduos com o Ensino Superior completo, na população entre os 25 e os 64 anos	0.490	0.517	0.251	0.453
Índice de dependência total	0.381	-0.550	0.201	0.247
Densidade populacional	0.079	0.879	-0.044	0.145
Percentagem da população regional a habitar em cidades com mais de 500.000hab.	-0.042	0.832	0.217	0.010
Médicos por 100.000hab.	-0.319	0.183	0.718	-0.140
Enfermeiros por 100.000hab.	0.779	0.116	0.035	-0.015
Taxa de mortalidade de crianças com 5 anos ou menos	-0.436	-0.006	-0.649	0.086
Camas de cuidados continuados em instituições de cuidados de saúde e residenciais por 100.000hab.	0.797	-0.020	0.029	-0.153
População com 17 anos inscrita em programas de educação, em proporção de toda a população com 17 anos	0.247	0.060	0.599	0.160
Índice de autonomia local	0.154	-0.136	0.233	-0.833
Eficiência da rede	-0.265	-0.141	0.231	0.509

Os fatores demonstram comportamentos díspares nas diferentes regiões NUTS 2, isto era algo que já se esperava, tendo em conta a multitude de características e realidades presentes na Europa, que atestam a tão particular heterogeneidade regional europeia. Não obstante, e como é perceptível pela análise da Figura 1 e seus painéis, há algo para além das meras dissimilitudes regionais. De facto, observa-se uma influência dos contextos nacionais nos resultados regionais, estando isto bem patente em 3 das componentes.

Olhando para o fator Condições Socioeconómicas, vemos que, apesar de existir uma variação regional – e outliers bem destacados, devido a características económicas regionais muito específicas –, existe um balizar dos resultados por Estado e, se quisermos ir mais longe, por Regime de Estado Social. Nesta componente, um pior resultado numa das regiões menos desenvolvidas ou com mais situações problemáticas de um Estado mais rico, pode equivaler a um resultado bom/aceitável num outro Estado.

Por seu lado, o fator da urbanização reflete apenas a importância da ocupação do território. Aqui sobressaem, por exemplo, as regiões NUTS 2 que são compostas por grandes áreas metropolitanas.

O caso da componente Serviços Sociais, não só apresenta uma dissemelhança entre Estados e, tal como no caso da primeira componente, Regimes de Estado Social, como mostra que a vertente territorial também se transporta para este fator. Os Estados mais ricos e com um Estado Social mais desenvolvido, na generalidade, conseguem ter resultados não tão maus nas regiões periféricas/rurais, colmatando esta condição territorial mais negativa, o que contrasta com os mais pobres, onde o fosso urbano/rural é mais pronunciado. Ademais, independentemente do contexto, as áreas urbanas acabam por sobressair com melhores resultados, ou seja, com maior oferta.

Por fim, a componente das Administrações Locais apresenta pouca variação regional. Este fator não se relaciona tanto com a região, está ligado ao modelo e estrutura político-administrativo presente a nível nacional. Além disso, a parte relacionada com as acessibilidades (nomeadamente, os grandes projetos e implementações de estratégias) é, também, mais influenciada pelas políticas e programas nacionais.

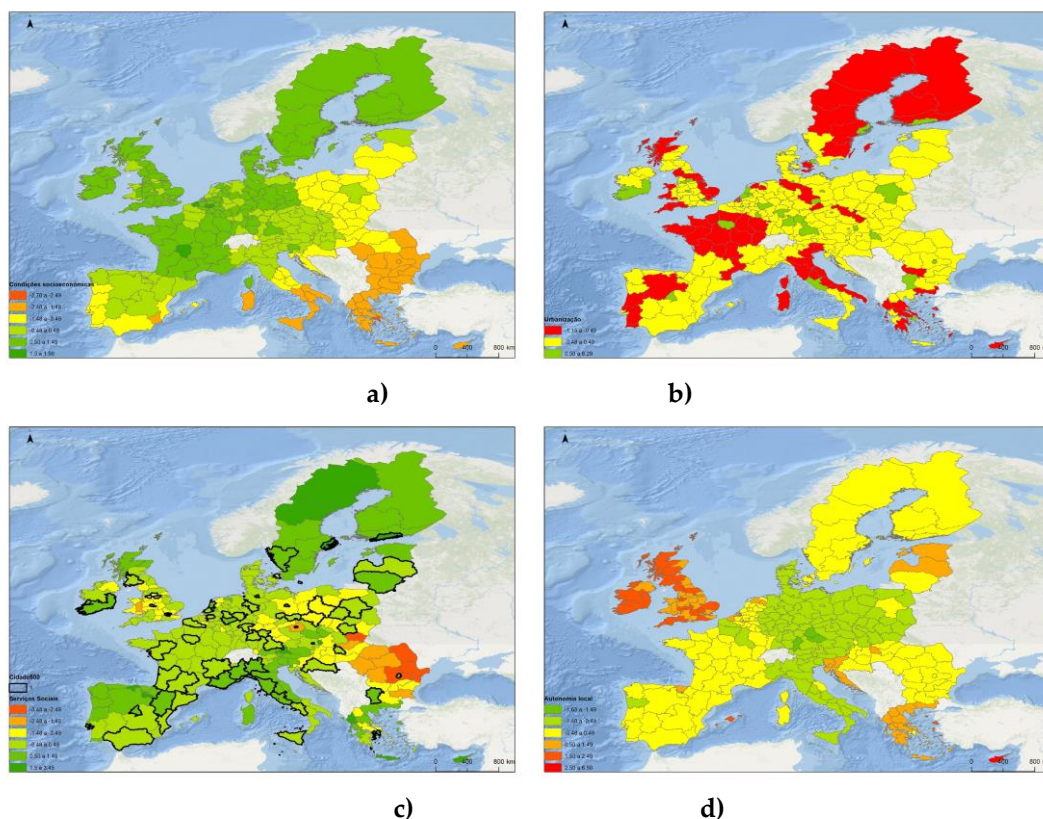


Figura 1. Componentes extraídas no ano de 2016. (a) Condições Socioeconómicas; (b) Urbanização; (c) Serviços Sociais; (d) Administração Local.

4. Conclusões

Neste estudo foram definidos quatro fatores que influenciam fortemente os SIG. Os dois fatores mais relevantes e com maior peso são as (1) Condições Socioeconómicas e a (2) Urbanização. Os comportamentos das regiões NUTS 2 mostraram fortes dissemelhanças devido à heterogeneidade regional. Todavia, foi ainda notado um considerável impacto dos contextos nacionais nas disparidades regionais, influenciando estes resultados e, em alguns casos, diminuindo o impacto de determinadas características regionais.

Bibliografia

- Binder, J., & Matern, A. (2020). Mobility and social exclusion in peripheral regions. *European Planning Studies*, 28(6), 1049–1067. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1689926>
- Bjørnsen, H. M., Foss, O., & Johansen, S. (2015). The concept and definition of SGI. In H. Fassman, A. Humer, E. Marques da Costa, & D. Rauhut (Eds.), *Services of general interest and territorial cohesion: European perspectives and national insights* (pp. 49–72). Vienna University Press. <https://doi.org/https://doi.org/10.14220/9783737004718>
- CEC. (2003). *Green Paper on Services of General Interest: COM(2003)*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A52003DC0270>
- CEC. (2004). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, White Paper on services of general interest: COM(2004)*. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e19b22df-ed12-407d-b93f-5772d4ee5a54/language-en>
- Constantin, D.-L., Tudorel, A., Grosu, R. M., & Ileanu, B. V. (2019). Services of general interest in rural and intermediate regions. The case of internet services in the North-East region of Romania. *Romanian Journal of Regional Science*, 13(1), 36–56.
- Gruber, E., Fassmann, H., & Humer, A. (2015). Demographic change changing SGI demands: The example of Austria. In H. Fassmann, D. Rauhut, E. Marques da Costa, & A. Humer (Eds.), *Services of General Interest and Territorial Cohesion: European Perspectives and National Insights* (pp. 149–168). Vienna University Press.
- Humer, A. (2014). Researching social services of general interest: An analytical framework derived from underlying policy systems. *European Spatial Research and Policy*, 21(1), 65–82. <https://doi.org/10.2478/esrp-2014-0006>
- Humer, A., & Palma, P. (2013). The provision of Services of General Interest in Europe: regional indices and types explained by socio-economic and territorial conditions. *Europa XXI*, 23, 85–104. https://rcin.org.pl/Content/42023/WA51_59798_r2013-t23_EuropaXXI-Humer.pdf
- Kolarič, Š., Černič Mali, B., & Marot, N. (2019). Spatial Planning Policies and the Integration Models as a Means for a Better Delivery of Services of General Interest. In M. Finka, M. Jaško, & M. Husár (Eds.), *The Role of Public Sector in Local Economic and Territorial Development: Innovation in Central, Eastern and South Eastern Europe* (pp. 25–41). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-93575-1_3
- Littke, H., & Rauhut, D. (2013). Minimum levels of Services of General Interest – What fundamental rights do individuals and enterprises have? *Europa XXI*, 23, 47–68. https://rcin.org.pl/Content/42019/WA51_59795_r2013-t23_EuropaXXI-Littke.pdf
- Malý, J. (2018). Questioning territorial cohesion: (Un)equal access to services of general interest. *Papers in Regional Science*, 97(2), 323–343. <https://doi.org/10.1111/pirs.12250>
- Marques da Costa, E., Palma, P., Rauhut, D., Humer, A., Constantin, D., & Velasco Echeverria, X. (2013). What indicators to use when measuring Services of General Interest? *Europa XXI*, 23, 7–28. <https://doi.org/10.7163/Eu21.2013.23.1>
- OECD. (2016). *OECD Regional Outlook 2016*. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264260245-en>
- Polacek, R., McDavid, D., Fernández, J.-L., Matosevic, T., Penn, H., Korintus, M., Verheyde, M., Wynne, R., Cullen, K., & Dolphin, C. (2011). *Study on social services of general interest - Final Report*. European Commission. [http://eprints.lse.ac.uk/43342/1/study_on_social_services_of_general_interest\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/43342/1/study_on_social_services_of_general_interest(LSERO).pdf)
- Rauhut, D. (2018). A Rawls-Sen Approach to Spatial Injustice. *Social Science Spectrum*, 4(3), 109–122. <http://socialspectrum.in/index.php/sp/article/view/132>

- Rauhut, D., Marques da Costa, E., & Humer, A. (2013). *SeGI: Indicators and Perspectives for Services of General Interest in Territorial Cohesion and Development-Final report*. <https://www.espon.eu/programme/projects/espon-2013/applied-research/segi-indicators-and-perspectives-services-general>
- Sá Marques, T., Saraiva, M., Ribeiro, D., Amante, A., Silva, D., & Melo, P. (2020). Accessibility to services of general interest in polycentric urban system planning: the case of Portugal. *European Planning Studies*, 28(6), 1068–1094. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1658718>
- Vitale Brovarone, E., & Cotella, G. (2020). Improving rural accessibility: A multilayer approach. *Sustainability (Switzerland)*, 12(7), 2876. <https://doi.org/10.3390/su12072876>
- Wiśniewski, R., Stępnia, M., & Szejgic-Kolenda, B. (2021). Accessibility of public services in the age of ageing and shrinking population: are regions following trends. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 103(1), 55–74. <https://doi.org/10.1080/04353684.2021.1903334>